

Edital 007/2020 Água e GLPP

"Distribuidora Do Vale Do Vale" <distribuidoradovale@outlook.com>

8 de Julho de 2020 14:48

Para: pregao@ufvjm.edu.br, andersen.nascimento@ufvjm.edu.br

Em anexo pedido de impugnação do edital.

Gentileza considerar o fato de que o edital não consta o prazo para pedido de impugnação, conforme demonstrado no documento.

Atte.,

Regina Goncalves

À

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Pregoeiro responsável pelo Pregão Eletrônico Nº 7/2020

DISTRIBUIDORA DE GAS GONCALVES LTDA, CNPJ: 33.119.548/0001-04, Insc. Est. 0034.068.390.088, por meio de sua representante legal, REGINA GONCALVES, CPF:321.913.676-15, RG: M3.343.446, respeitosamente, apresenta impugnação ao Edital supra citado, por entender que há ilegalidade, bem como excesso de exigências, que restringem a competição, e divergências no instrumento convocatório.

Primeiramente, em análise do instrumento convocatório, não encontra-se a determinação precisa do prazo para impugnação, conforme item 24, subitem 24.1, transcrito abaixo;

24.1. Até dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

Portanto, a apresentação deste documento em dia útil anterior à realização do pregão, suficientemente garante a tempestividade da impugnação.

Em sequência, passamos a apresentação dos motivos desse pedido.

O objeto da licitação em questão, é a aquisição de Água Mineral e Gás Liquefeito de Petróleo, dois itens cujas condições legais de comercialização são diferentes.

De acordo com a Resolução ANP Nº 51, DE 30.11.2016, publicada no DOU em 2.12.2016, em seu preâmbulo, *“Compete à ANP regular as atividades relativas ao abastecimento nacional de gás liquefeito de petróleo, definido, na Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, como de utilidade pública, o que se exerce, entre outros, por meio do sistema de outorga de autorizações pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e biocombustíveis).*

A mesma Resolução dispõe, como transcrição:

Art. 3º A atividade de revenda de GLP somente poderá ser exercida por pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras que: I - possuir autorização de revenda de GLP outorgada pela ANP; e II - atender, em caráter permanente, ao disposto nesta Resolução.

Em minuciosa análise do instrumento convocatório, nota-se que ele é falho quanto aos termos de HABILITAÇÃO (item 9), quando não exige o cumprimento dessa norma nacional, podendo inclusive incorrer em contratação de empresa ilegal para fornecimento de GLP.

Continuando a análise no item HABILITAÇÃO, encontram-se dispostos os itens 9.10. Qualificação Econômico-Financeira e 9.11. Qualificação Técnica, que juntos constituem excesso de exigências, que restringem a competição.

No item 9.10.2, é exigida a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social. A seguir, o item 9.10.3 que estabelece fórmulas para cálculo do índice de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), que comprovem a situação financeira da empresa. Já o item 9.10.4. estabelece que as empresas que apresentarem Liquidez Geral , Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverão comprovar, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

Na sequência o item 9.11. exige ainda a comprovação de aptidão para o fornecimento de bens por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Embora legais, a junção de todas essas exigências da licitante é extremamente exagerada e excessiva, o que restringe a competição. Pede-se a supressão da exigência do item 9.11, com base na razoabilidade que é um dos princípios da administração pública. Vejamos:

É prática recorrente em outros órgãos públicos, em especial Prefeituras Municipais, em compras inclusive de maior quantidade dos mesmos itens, a supressão de exigência similar à do item 9.11, comprovadas as outras exigências. É razoável a supressão do item, pois possibilita a participação de diversos licitantes, especialmente os comerciantes locais, que tenham interesse no fornecimento, apresentem boa situação financeira e condições legais de funcionamento, mas não forneceram nesse quantidade para um único cliente pessoa jurídica anteriormente.

Uma análise simples da realidade de mercado também corrobora para a supressão do item. São raríssimas as empresas que consomem Água mineral e Gás LP, em quantidade similar ao do certame em questão, especialmente em cidades pequenas como Curvelo, sendo praticamente somente a Prefeitura Municipal. Assim, a possibilidade de um fornecimento similar para um único cliente e consequente comprovação, é mínima e torna ainda menos provável a participação de comerciantes locais. Esse fato pode implicar em gasto público desnecessário, pois a contratação (provável) de empresa de outro município, altera pra maior o valor do item, já que haverá mais despesas de transporte dos objetos e deslocamento do representante da empresa em cada entrega.

Por último, encontram-se divergências quanto ao objeto. Conforme o edital no item 1.1 (grifo nosso), “O objeto da presente licitação é a aquisição de Água Mineral e Gás Liquefeito de Petróleo para atender demanda da Fazenda Experimental do Moura/Curvelo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.”

Já o anexo Relação de itens que especifica os itens licitados, apresenta o item 1, “**Botijão para gás**. Descrição: Botijão para gás, uso: doméstico, capacidade: cerca de 13 kg, acessórios: com válvula e mecanismo de segurança.”

Na página do Pregão Eletrônico a descrição acompanha a última transcrita acima.

Essa divergência, sem análise criteriosa de todos os anexos, leva ao entendimento de que o objeto licitado é o vasilhame para gás, conhecido popularmente como botijão para gás, e não o GLP propriamente dito. Esse entendimento errôneo pode acarretar prejuízo ao erário público, levando ao pagamento do valor do vasilhame que é aproximadamente o dobro do valor do gás.

Expostos os fatos e argumentos, peço portanto a reanálise cautelosa do Edital em questão e as providências necessárias.

Curvelo, 08 de julho de 2020.

Regina Gonçalves
Sócia-administradora